

Ata da Reunião do Conselho

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Reunião ocorrida ao dia 06 do mês de julho de 2007 , às 08:30h em primeira convocação e as às 09:00h em segunda convocação com número necessário de conselheiros presentes, na sala de reuniões dos Conselhos – 5º andar - SETP. Estiveram reunidos os componentes do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – conforme convocação prévia. Representantes Governamentais presentes: Ana Lídia Manzoni (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Paulo César Lange; (Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Denise Ratmann Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Ironi de Rocio Vieira de Camargo (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Maria Leonor Zanella (Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social – SETP) Jucimeri Isolda da Silveira (Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social – SETP); Kellen Cristina Dalcin (Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social – SETP); Roberval A. R. Castilho (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania –SEJU); Luciana Magaldi Johansen de Moura (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Mariluz Zanin Petry (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP Francisco Beltrão); Renata dos Santos Mareziuzek (Secretaria do Trabalho e Promoção Social – SETP)Solange Fernandes(Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social – SETP). Representantes da Sociedade Civil Organizada presentes: Dulcilene Perras Cardoso Tonon (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI); Denise Mara Fank de Almeida (Conselho Regional de Serviço Social); Sandra Cardoso (Consórcio Intermunicipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Comarca de Paracity – AFIM); Osiris José Kruger (Sociedade São Vicente de Paulo – SSVp–Ponta Grossa); Francisco Arnaldo Fernandes (Associação de Moradores de Umuarama – CAMUR); Fátima do Nascimento; (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Guarapuava); José Cícero dos Santos (Associação de Moradores do Conjunto Mendes – Escola do Trabalho); Inês Roseli de Tonello (APAE – Francisco Beltrão); Neiva Silvana Hack (Ação Social do Paraná); Roseli Teresinha Gass Batista; (Núcleo Regional de Serviço Social - NUCRESS Toledo); Antônio José Pontes Júnior (Centro Espírita Manuel Figueira Neto – União da Vitória); Cecília Kapuscinsk; Raymundo Rodrigues Oliveira (Centro de Nutrição Infantil de Foz do Iguaçu – CENNI). 1 – Abertura: A presidente Denise Arruda Colin, deu as boas vindas aos conselheiros e demais presentes. Na seqüência, iniciou os trabalhos mencionando os itens de pauta: 1 – Abertura; 2 – Apreciação e Aprovação da Pauta; 3 – Apreciação e Aprovação da Ata de Maio e Junho; 4 – Informes da Secretaria Executiva; 5 – Relatório das Comissões; 6 – Aprovação do Plano SUASWeb do Gestor Estadual 7 – Informes Gerais 7.1 – Seminário Estadual PETI ; 7.2 – Encontro Estadual do CRAS, 7.3 – Fórum do Idoso – Região Sul; 7.4 – Outros; 8 – Informes Conselheiros e Convidados; 9 – Encerramento. 2. Apreciação e Aprovação da Pauta de Junho/07: A presidente Denise Arruda Colin fez a leitura e aprovação da pauta do mês de junho. 3. Apreciação e Aprovação da Ata de Maio e Junho /07: Aprovação da ata de maio, a ata foi revista e aprovada pelos conselheiros. A ata de junho/07 será enviada aos conselheiros que providenciarão as devidas correções para que possa ser aprovada na próxima reunião ordinária do mês de agosto. Informes da Secretaria Executiva: A técnica da Secretaria Executiva Leticia Fernandes enumerou os ofícios expedidos: Ofício nº 021/07, encaminhado ao CNAS, solicitando o relatório das denúncias do município de Farol; Ofício nº 063/CEAS, encaminhado à Câmara Municipal, Gestor Municipal, Prefeito e Ministério Público de Foz do Jordão com o relatório das denúncias da CGU; Ofício nº 063/CEAS, encaminhado à Câmara Municipal, Conselho Municipal, Gestor Municipal , Prefeito e Ministério Público de Prado Ferreira com o relatório das denúncias da CGU; Ofício nº 063/CEAS, encaminhado à Câmara Municipal, Gestor Municipal, Prefeito e Ministério Público de Maringá com o relatório das denúncias da CGU. Após, relacionou os ofícios recebidos: Ofício circular 008/2007 – MDS/CNAS/PR/CP enviado aos

conselheiros Estaduais de Assistência Social e CAS-DF, sobre a discussão do PPA – Plano Plurianual de Assistência Social, Ofício circular 012/2007 – MDS/CNAS/PR/CP, sobre a participação do CNAS nas Conferências de Assistência Social Estaduais e do Distrito Federal; Ofício circular nº 04, da Secretaria Nacional de Assistência Social, (departamento de Gestão do SUAS), solicitando o apoio da Secretaria de Estado na divulgação da referida data e na mobilização das Secretarias Municipais para a conclusão do processo de preenchimento e apreciação do Plano de Ação 2007 e do Demonstrativo Físico-financeiro de 2006; Ofício circular nº 014/2007/PRES/CNAS/MDS, convidando os presidentes e secretários executivos ou responsáveis pela organização das conferências para a participar do Encontro dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal, para discutir as orientações para o processo de realização da Conferência Estadual de Assistência Social; Ofício nº 179/2007, da Secretaria Municipal de Santo Antônio da Platina, comunicando à comissão preparatória estadual a adesão ao processo de preparação para a 3º Conferência Estadual das Cidades. Retorno da resposta do Secretário da SETP, referente ao custeio de despesas dos Conselheiros. Justificativa de Cristiane Mara Hansenauer, por estar em reunião junto a CEF; justificativa de José Cícero em decorrência de problemas particulares; justificativa de Jovelina, que está participando do Encontro Nacional de Associações de Pessoas com Fissuras Lábio-Palatais; justificativa de Sônia Santana, por estar participando da Conferência Regional de Londrina e Ivaiporã; justificativa de Lúcia Turek, que está participando da Conferência Nacional de Segurança Alimentar, justificativa de Ana Lúcia Manzoni por motivo da elaboração do Plano Plurianual. A presidente Denise Colin, retoma a resposta do Secretário do Trabalho a respeito do pedido dos conselheiros sobre a autorização para custeio de passagens de avião, e explica que a alimentação, hospedagem e transporte terrestre é garantida para conselheiros, e quanto outros pedidos (pagamentos de passagens aérea e táxi na localidade de moradia, além do subsídio para cobertura das despesas dos membros da Secretaria Executiva do FOREAS) terão que ser discutidas outras estratégias. A presidente informa que foi elaborado um documento esclarecendo a razão das solicitações. Relatórios das Comissões: Comissão de Gerenciamento do Fundo: O primeiro item se refere a consulta ao Tribunal de Contas do Estado. A comissão sugere uma forma mais objetiva e sucinta de consulta achando que o material está muito extenso. A presidente explica que as informações contidas no material se justificam para que haja pleno entendimento do funcionamento do SUAS e a possibilidade de consideração, pelo Tribunal de Contas do Paraná, do reconhecimento da Política de Assistência Social como serviço essencial conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal que, autorizaria o repasse de transferências automáticas e não transferências voluntárias. Essa diferença de nome nos beneficia para a suspensão da exigências de uma série de documentos que hoje o Tribunal de Contas faz, como certidão negativa de débitos, regularidades em todos os órgãos públicos, prestação de contas de todos os convênios com recursos públicos, além de permitir o repasse direto dos fundos respectivos que atuam nesta área para os fundos municipais, suspendendo a exigência hoje de realização de convênios, que são individualizados por municípios, tendo de ser refeitos a cada ano. Já o entendimento de serviços essenciais como ação continuada indica que em função da importância da prestação de serviço para a população e da necessidade de não haver suspensão desta prestação de serviço, todos esses benefícios são decorrentes. O Tribunal de Contas do Paraná e mais 24 Tribunais de Contas dos 27 estados, da Federação não possuem este entendimento e tampouco autorizam esta sistemática em suas regulações e orientações sendo que somente 2 já conseguiram esse reconhecimento. Os conselheiros, gestores municipais e representantes da CIB tem insistentemente solicitado para que isso seja alterado. Sendo órgãos de fiscalização, os Tribunais de Contas preocupam-se em saber que tipo de serviço vai ser prestado, quais elementos de despesa serão utilizados, pressionar para que todas as prestações de contas estejam em dia. Foram feitas várias conversas explicando o funcionamento do SUAS e foi solicitado que identificássemos quais os serviços sócios-assistenciais seriam subsidiados com recursos públicos. Atualmente, só aceitam na área da saúde e educação, porque essas atividades já estão totalmente regulamentadas. Neste sentido, as conselheiras Denise Colin e Jucimeri Silveira elaboraram conceituação de cada um dos serviços apontando as delimitações e a identificação. Em anexo ficou o elenco de serviços que foi

colocado em apreciação no conselho. O conselheiro Roberval Ângelo Castilho, defende que o documento seja sucinto, para melhor entendimento no Tribunal de Contas. A conselheira Jucimeri fez a leitura do documento de Regulamentação do Co-financiamento de Serviços, com uma explanação do documento, explicando a todos o conteúdo dos anexos. A íntegra do documento foi aprovada. Projeto Lei nº 374/2007, a comissão solicita uma consulta ao Secretário, sobre qual o encaminhamento dado ao projeto, que defina recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, visto que na reunião da Amerios em Umuarama, o Deputado Nelson Garcia explicou que o processo havia sido arquivado. A presidente explicou que existe uma resistência muito grande na área econômica em vincular

recursos financeiros. Foi agendada uma reunião com a Secretaria de Planejamento porque a assessoria jurídica do grupo de oposição ao governo da Assembléia Legislativa está questionando a vinculação de algumas taxas e impostos descritas no projeto. Foi solicitado um parecer da Secretaria de Planejamento se há possibilidade de utilização dos recursos. A conselheira Jucimeri explicou que a partir de agora será desencadeada uma negociação para garantir qual é a vinculação possível para o Projeto de Lei. O conselheiro José Cícero fez um aparte, dizendo que os conselheiros devem continuar mobilizados em relação a esse projeto, ainda ressaltando as dificuldades que poderão encontrar, mas afirmou que se estiverem mobilizados poderão ter êxito. A conselheira Roseli reafirmou as palavras do conselheiro, dizendo que devem continuar mobilizados em relação ao projeto, e pedindo que sejam informados sobre os avanços e os problemas enfrentados. A conselheira fez um pedido à Secretaria Executiva, no sentido de mandar um e-mail da mobilização sobre o projeto. A presidente Denise Colin solicitou aos conselheiros que apoiem a aprovação do projeto para segurar recursos para estas ações, e ressaltou que a cada passo do projeto os conselheiros serão avisados. Outro ponto de discussão na comissão foi o esclarecimento da reunião com o Secretário sobre as despesas dos conselheiros governamentais e da sociedade civil. A solicitação para que seja autorizada a compra de passagens de avião para os conselheiros das localidades que possuem aeroportos, e o outro pedido é que haja cobertura das despesas de taxi na região onde o conselheiro mora. O parecer da Assessoria Jurídica, dos grupos setoriais do Planejamento e Financeiro reiteram que não há possibilidade de compra de passagens aéreas nem para o funcionários e para os Escritórios Regionais. A respeito do recibo do táxi, é necessário uma licitação para escolher as empresas prestadoras de serviços, e ainda não há um mecanismo da administração pública que viabilize essas licitações em todos estes espaços e que responda as solicitações de todos. O conselheiro José Cícero solicitou que fosse paga uma diária no valor das passagens e do taxi a cada conselheiro, independente de como ele venha a viajar. A presidente explicou sobre o regulamento das normas da administração e gestão de recursos públicos e que, não é possível pagar diárias para conselheiros, só podendo ser pagas aos funcionários do quadro próprio ou comissionados, nomeados pelo Governador do Estado. O conselheiro Roberval se comprometeu a trazer para a próxima reunião uma consulta detalhada junto ao Tribunal de Contas, sendo pela conselheira lembrado que existe uma lei federal nº 612, que diz que os conselheiros desempenham funções de agentes públicos definidas na Lei 8429/92 e ressalva que esta pode ser um saída para os conselheiros. Reivindicação dos Membros do FOREAS que tem constituído com representações em 18 regiões do Estado, correspondente às regiões administrativas da Secretaria com participação de membros governamentais e da sociedade civil, e que tem formado uma Secretaria Executiva composta por 2 representantes, um governamental e um da sociedade civil por Fórum, eles venham acompanhar as reuniões do conselho como forma de organização, de trazer as reivindicações de determinada região e de apoio ao conselheiro da sociedade civil que é seu representante aqui. E também de mobilização de todos os encaminhamentos em cada comunidade. A presidente sugeriu que o pessoal da Comissão do Fundo ficasse com a responsabilidade de fazer a previsão de gastos e de apresentar propostas para a reuniões ampliadas do CEAS para ver as possibilidades de financiamento. Esse assunto ficou como item do próximo mês na Comissão do Fundo. A presidente fez um resgate dos encaminhamentos: continuarão sendo marcadas as reuniões para esclarecimento aos conselheiros do Tribunal e a seus assessores. O encaminhamento foi para votação e aprovado, deixando aberto às sugestões. Outro encaminhamento foi referente ao pedido de acompanhamento

da Lei e de indicação da comissão, para que haja maior participação dos conselheiros no processo de negociação e um informe destes resultados; e que as moções continuem sendo apresentadas nas Conferências. Encaminhamento do conselheiro que irá fazer uma consulta em relação ao pagamento das despesas dos conselheiros e da possibilidades de reconhecimento enquanto agente público e se isso traria alguma modificação na análise, a mesma pergunta será feita em relação do pedido do FOREAS. A presidente solicitou para a secretaria executiva que para a Comissão do Fundo fossem analisadas as sugestões de reuniões ampliada do Conselho, com a participação dos membros do FOREAS. Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização: A técnica Ana Paula fez o relato da comissão, onde foi apresentada a análise do Plano de Acompanhamento dos Conselhos; prevista na Resolução 53 do CNAS. O primeiro item referia-se a uma solicitação de observações, foi efetuada leitura e não houve nenhuma alteração; o segundo item proposto foi o esboço de um plano de acompanhamento aos Conselhos municipais pelo Conselho Estadual, a partir do plano do Conselho Nacional. Na releitura foram feitos alguns apontamentos que serão encaminhados em anexo ao relatório, marcando os itens principais do plano de acompanhamento proposto pelo conselho. Sendo assim, partiu-se para os itens de aplicação a curto e médio prazo no acompanhamento municipal, onde foram estabelecidos algumas ações. Nas próximas reuniões pretende-se preencher o quadro com as estratégias, os prazos e os responsáveis. A proposta que a técnica sugere é que para a próxima reunião seja discutido cada item por ação, possibilitando que os conselheiros participem com mais qualidade na construção do plano. Também poderão ser encaminhados aos Conselheiros o quadro, as contribuições e apontamentos do texto original. Aprovado. Relato da Comissão de Organização da Conferência: A técnica Kelli fez o relato da Comissão que teve como pauta a apreciação da planilha de custo, o detalhamento do projeto da Conferência e a contratação do assessoramento técnico para sistematização. Inicialmente foi exposto que na Conferência de 2005 cada regional teve 100 reais por município para utilizar nas Conferências Regionais. Na Conferência de 2007 foi solicitado para cada Escritório Regional que encaminhasse uma estimativa do que seria gasto em cada Conferência Regional. A planilha será mais detalhada para que seja definido cada item a ser gasto na Conferência Regional e a partir disto começar o processo de licitação. Foi colocado também o valor da Conferência Estadual através de uma estimativa de 378 mil reais; houve um contato entre o Diretor Geral e a Presidente Denise, informando que o valor disponível gira em torno de 330 mil reais, considerado satisfatório, porque será revisada a planilha de custos das Conferências Regionais, assim chegando ao valor disponível. Foi informado que na tabela de delegados divulgada no regulamento da Conferência, ocorreu um equívoco no total dos delegados das regionais de Cornélio Procópio e de Londrina em relação ao município de Assaí que pertence a região Cornélio Procópio. Foi feita uma errata e apresentada aos conselheiros para aprovação. Também foi comentado sobre o assessoramento técnico para sistematização visto que na ultima reunião da comissão foi indicado a participação de um representante de cada Escritório Regional e dos conselheiros. Em conversa com a presidente Denise, foi decidido e avaliado que seria inviável por ser um número grande de pessoas para virem até a capital e permanecerem por longos períodos, por isso foi sugerido que seja contratada uma equipe de sistematizadores elencados critérios de seleção, iniciando pelo conhecimento e experiência política de Assistência Social e demais critérios a serem listados pelo CEAS. Desta forma, a equipe sistematizará os instrumentos que virão das conferências regionais e se for necessário, se farão presentes os membros da comissão, de organização da Conferência no máximo uma semana, antes da Conferência Estadual para o auxílio a estas questões e para o conhecimento e acompanhamento do trabalho. Sobre este tema, foram passados dois informes, um referente ao ofício circular do CNAS que convida 2 pessoas para o encontro dos Conselheiros Estaduais da Assistência Social e do Distrito Federal e gestores estaduais e do Distrito Federal para participarem no dia 16/07, em Brasília, do encontro que terá como tema Orientações para o Processo de Realização das Conferências de Assistência Social estaduais e do Distrito Federal. São 2 vagas disponíveis, sendo uma para o presidente ou vice-presidente do CEAS, ou membro da comissão; o outro para Secretaria Executiva do CEAS, ou técnico responsável pela organização da Conferência Estadual. Já ficou definido que irão a Presidente Denise e a Técnica Daniela. O segundo informe foi

a respeito da reunião que aconteceu dia 04/07 no hotel Caravelle, quando aproveitou-se a vinda dos técnicos e chefias dos escritórios regionais para esclarecer algumas dúvidas acerca das Conferências Regionais e dos instrumentos de trabalho nos grupos. Foi colocado também que serão encaminhadas algumas orientações através de e-mails, uma vez que o encontro estadual do CRAS ocorreu juntamente com a reunião do conselho. A Técnica Kelli, fez a apresentação da bolsa que será usada na Conferência, que foi aprovada. De acordo com os encaminhamentos, a presidente Denise expôs que foi agendada uma reunião com o Diretor Geral para formatar todo o processo de licitação e de execução das conferências regionais e estadual. O conselheiro Paulo sugeriu que as pessoas que formarem a equipe de sistematizadores sejam ligadas ao Conselho, apontando o conselheiro José Cícero como coordenador da equipe. A conselheira Roseli sugeriu que a equipe técnica da SETP

esteja atenta na produção dos sistematizadores e ainda ressalva que caso haja algum problema, que sejam chamados os conselheiros para ajudar a resolver e não comprometer as conferências. Os encaminhamentos da comissão foram no sentido de aprovação da bolsa, contratação da equipe técnica para a sistematização e a convocação dos membros da comissão organizadora; e o encaminhamento do material para os Escritórios Regionais. Como sugestão, a conselheira indicou que seja anexada na pasta da comissão, a sistematização efetuada pela equipe da CGM/SETP e sendo passadas para os demais conselheiros, para melhores esclarecimentos. A sugestão da Presidente é que se reitere o pedidos aos municípios que não responderam, estabelecendo um prazo e que retarda a denuncia seja diante da ausência, encaminhada ao Ministério Público Estadual. Foi recebido um ofício do Fórum dos Direitos do Idoso solicitando apoio na discussão do estatuto e nas implementações voltadas para o atendimento do idoso. A sugestão é que a SETP redija uma resposta de tudo que está previsto na política de Assistência Social. Foram apreciados e aprovados tais encaminhamentos. Comissão de Políticas Básicas: A conselheira Roseli fez o relato da comissão. O primeiro ponto abordou a análise do relatório da CGU referente aos municípios. Foram encaminhados pela CGM memorando aos escritórios regionais de Jacarezinho, Cascavel, Maringá, Campo Mourão, Londrina, Cornélio Procópio, Curitiba e Ivaiporã onde haviam municípios pontuados com problemas a serem resolvidos. Roseli, fez a leitura do memorando. A solicitação da CGU e o parecer técnico, acompanhando aos encaminhamentos estarão disponíveis com uma cópia no CEAS e outra enviada a CGU. Em relação a correspondência recebida do Fórum Paranaense do Idoso, a comissão entendeu que a mesma solicita o apoio do CEAS para que suas reivindicações sejam fortalecidas. A comissão sugeriu que seja feito o encaminhamento do documento, para apreciação pela plenária do conselho podendo remeter uma carta de apoio às propostas apresentadas. Outro ponto de pauta baseou-se referente no documento recebido do CEDCA, abordando o direito das emissoras de TV em vincular os conteúdos desejados a qualquer hora do dia ou se a sociedade poderia exigir que sejam definidos os horários mais adequados para emissão de determinados programas. A comissão entende que tendo expirado o prazo para encaminhar as contribuições, que seja passado o material para os conselheiros, visando o seu melhor conhecimento. Como sugestão, a conselheira indicou que seja anexada na ata, a sistematização efetuada pela equipe da CGM/SETP e sendo passadas para os demais conselheiros, para melhores esclarecimentos. A sugestão da Presidente é que se reitere o pedidos aos municípios que não responderam, estabelecendo um prazo. Diante da ausência, encaminhar ao Ministério Público Estadual. A sugestão é que a SETP redija uma resposta de tudo que está previsto e de apoio ao Fórum. Encaminhamentos aprovado. Comissão de Documentação e Cadastro: Discussão do documento elaborado para proposta da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no sentido de subsidiar a integração programática das políticas de Assistência Social e da Criança e do Adolescente. Na Conferência Estadual da Criança e do Adolescente serão discutidos três eixos: O orçamento, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo –SINASE. Foi feita a leitura das propostas e na outra reunião, a comissão trará a versão final do documento para aprovação da plenária. Sugere como encaminhamento enviar por e-mail para todos os conselheiros contribuírem para a próxima reunião, já trazendo uma versão mais atualizada com novas sugestões com relação ao Manual de Habilitação

dos níveis de gestão do SUAS previstos na NOB/SUAS, foi resgatando o seu objetivo, sua formatação e sua distribuição. A versão final será enviada para os conselheiros por e-mail, estipulando uma data para o encaminhamento das contribuições. A conselheira Dulcilene sugere que elabore orientações sobre a Resolução da CIT sobre a confecção de 1 carterinha para os idosos, a ser confeccionada pelos gestores Municipais da Assistência Social sobre transporte gratuito municipais e interestaduais. A proposta é que se traga um maior detalhamento nas próximas reuniões. Para a próxima reunião, a comissão discutirá sobre a carteira do Idoso. No período da tarde o vice-presidente José Cícero presidiu a reunião em nome da Presidente Denise Colin, e iniciou com os Informes Gerais: A técnica Renata informou ter recebido um convite para o CEAS do município de Adrianópolis, solicitando indicação de um conselheiro para proferir uma palestra na Conferência Municipal. A técnica Ana Paula informou que este ano o CEAS e a SETP participarão de todas as Conferências Regionais e Estadual. Em razão do elevado número de conferências municipais, a participação do CEAS dependerá da disponibilidade dos conselheiros representantes da região. A conselheira Neiva, da sociedade civil, irá estudar as datas e a sua disponibilidade para proferir a palestra. Encontro Estadual do CRAS: O encontro aconteceu nos dias 04 e 05 de julho no hotel Caravelle. No primeiro dia ocorreram as palestras referentes a forma de se proceder o acompanhamento do Bolsa família e do BPC, sobre gestão do trabalho e sobre proteção social e desigualdades sociais, tendo a participação do IPARDES que apresentou a pesquisa “VáriosParaná”. No dia seguinte, ocorreram os mini cursos: - Mobilização, Cultura Popular e Práticas Sócio Educativas; Planejamento Profissional; Territorialidade e Diagnóstico Social, Monitoramento e Avaliação do Impacto de Serviços, Projetos, Programas e Benefícios e intersetorialidade e reordenamento da rede sócioassistenciais. A conselheira Mariluz falou sobre o encontro e fez sua avaliação, informando que foi muito proveitoso. Ela apresentou um pedido para que no próximo encontro se abra um espaço dentro da programação, objetivando a troca de experiências entre os municípios. A conselheira Neiva parabenizou a SETP pela organização do evento. O Conselho Estadual também endossou os cumprimentos ao evento. Aprovação do Plano SUASWeb: O Plano de Ação do Estado do Paraná foi apresentado pelo Rafael, Técnico do setor de convênios da SETP, que fez a leitura e apresentação dos quadros explicativos, com as planilhas de valores. Também explicou que o CEAS aprecia e aprova a documentação referente a prestação de contas (Demonstrativo Físico-Financeiro) e do Plano de Ação. Apresentou o Demonstrativo Físico-Financeiro dos recursos federais recebidos pelo FEAS para co-financiamento da antiga rede SAC, relativa a entidades de abrigos provenientes da municipalização das ações da esfera estadual. O Estado tem 294 metas, referentes a abrigo, hoje repassadas para 4 entidades do município de Curitiba: Acridas, Casa do Pai, Pequeno Cotelengo e Alegria de Viver. Por um problema ocorrido no sistema de informação federal, foi impossibilitado o fechamento do demonstrativo. A técnica Kellen explicou que na nova lógica de financiamento do SUAS prevê o repasse do Piso de Alta Complexidade I, para financiamento dos serviços prestados por abrigos; O critério de partilha destes recursos para a rede de proteção social especial, composta por serviços prestados por entidades governamentais e não-governamentais, são aprovados pelo CMAS. Como todas as entidades são não governamentais e estão situadas no município de Curitiba, o CEAS e CIB desencadearam negociações com o CMAS e o gestor municipal para repasses destes recursos ao FMAS de Curitiba. A justificativa para o repasse ao FMAS de Curitiba é que o município está no nível de gestão plena, tendo como responsabilidade a estruturação da rede de Proteção Social Especial, e o Estado não realiza a execução direta dos serviços, ou seja, não repassa recursos financeiros diretamente as entidades não governamentais. Caberá, portanto, ao CMAS do município de Curitiba definir / reorganizar esses recursos para a rede existente, podendo manter ou alterar o repasse as mesmas entidades. Com relação aos saldos de recursos relativos ao Demonstrativo atual do Estado do Paraná, o valor aproximado é de 2 mil reais, já podendo ser reprogramado para o ano de 2007 e ser executado até dia 31 de dezembro. A sugestão seria reordenar o recurso para as mesmas entidades, dividindo o valor total. O vice-presidente José Cícero fez as últimas considerações sobre o assunto, dizendo que todo o processo foi discutido no CEAS, e aprovando Demonstrativo de 2006, automaticamente será autorizada a reprogramação de recursos para as mesmas entidades, e a

secretaria executiva deverá providenciar resolução aprovando o Demonstrativo, além de outra resolução aprovando o Plano de Ação- SUASWeb do estado do Paraná. No que tange ao Plano SUAS/web existe uma quantidade expressiva de municípios que ainda não preencheram o Plano de Ação e o Demonstrativo Físico-Financeiro. Kellen pediu a colaboração dos conselheiros, para que acompanhem o preenchimento e indiquem aos municípios que tiverem dificuldades no preenchimento entrar em contato com o MDS ou encaminhar um ofício solicitando orientações, tendo em vista que o prazo final é até dia 31 de julho. Todos encaminhamentos foram aprovados. Seminário Anual do PETI: Fizeram parte da explanação no evento, a pesquisa feita pelo IPARDES, que foi elaborada parcialmente e apresentada no evento. Abordou-se o trabalho infantil também disponível no site do IPARDES. Foram convidados os coordenadores do PETI de todos municípios. Outro informe foi sobre o Fórum permanente da região sul, que reúne Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem suas reuniões a cada quatro meses já há 11 anos; a próxima reunião será em Santa Catarina e posteriormente no Rio Grande do Sul. Esse Fórum agrega entidades governamentais e da sociedade civil dos

três estados. A princípio, era para ter ocorrido no mês de maio mas em função de alguns problemas no Rio Grande do Sul, o evento foi transferido para os dias 27 e 28 de junho. O valor investido ficou em torno de 4500 reais. O Estado do Rio Grande do Sul apesar dos esforços, não conseguiu comparecer e nem enviar nenhuma representação. Encaminhou-se ao Rio Grande do Sul uma comunicação questionando o motivo da ausência e a continuidade da existência do FÓRUM. Dentro de mais ou menos 30 dias, sairá o relatório do Fórum, e os encaminhamentos são pela garantia do cumprimento do que foi deliberado nas Conferências Estaduais, na Conferência Nacional da Pessoa Idosa e também no cumprimento do Estatuto do Idoso. Como estavam com o número de pessoas reduzido, não foi possível a aprovação das moções e resoluções. De qualquer forma, foram afixados nos registros da reunião. Ocorreu também em 20 de junho o Fórum Paranaense do Idoso, cuja assembléia aconteceu na cidade de Palmeira, reunindo 187 entidades e representações de 32 municípios. A próxima reunião acontecerá em Londrina em novembro, sem data definida, que sediará a terceira assembléia do Fórum Paranaense do Idoso. A conselheira Roseli lembra que no mês de abril, maio e junho fez uma cobrança sobre um ofício do município de Francisco Beltrão, que se não foi mandado que seja o quanto antes. O vice-presidente José Cícero pediu esclarecimentos sobre as irregularidades do município de Farol, para que possam orientar o conselho. Sobre o SISCON, que todos os conselheiros receberam o detalhamento dos pré projetos estaduais, conforme pactuado na última reunião da CIT. O primeiro prazo repassado foi do dia 1 à 30 de junho, mas o Ministério não colocou o sistema no ar como previsto. Todavia, as portarias que regulam esse conteúdo e que já estão disponíveis no Diário Oficial e no site do MDS. Aguarda-se o funcionamento do sistema informatizado para repassar tais informações aos escritórios regionais, CIB e CEAS. A Conselheira Roseli, seujere que seja analisado o caso dos cartões do Bolsa Família que são bloqueados e não podem ser repassados a outras famílias imediatamente fazendo-se necessário aguardar 6 meses mais 2 meses para efetuar o processo de repasse a outra família e isto é uma realidade que todos municípios sofrem, Roseli explicou que mesmo bloqueando esses cartões, não poderão ser imediatamente repassados a famílias que estão dentro dos critérios do Programa, já que existe um bloqueio de aproximadamente 8 meses. Como sugestão, irá levantar na próxima reunião um contato com o conselheiro Nircélio, e talvez encaminhar um documento do Conselho a nível federal para que seja viabilizado. A técnica Kellen reforçou que além disso, que seja enfatizado o papel do gestor do programa no município. A conselheira ainda sugeriu que na Conferência Municipal esse assunto seja revisto. Encerramento: O vice-presidente José Cícero agradeceu a presença dos conselheiros e dos membros do FOREAS, encerando a plenária às 16:00 horas. A presente ata foi digitada por Letícia Fernandes Andrade, técnica da Secretaria Executiva dos Conselhos e lavrada por mim, Paulo Roberto Gonzales Aguilera, Secretário Geral dos Conselhos e terá anexada cópia da lista de presença dos conselheiros, bem como sua versão aprovada disponibilizada e no site .